



Infância, práticas docentes e pertença: a construção da subjetividade no contexto étnico-racial

Anatalia Oliveira de Souza*¹, Marilete Calegari Cardoso¹

¹Universidade estadual do Sudoeste da Bahia

*oliveiraanatalia356@gmail.com

TRABALHOS COMPLETOS – GT 01 – Etnicidade, Memória e Educação

RESUMO

Este estudo objetiva investigar como as práticas de silenciamento atravessam a constituição da subjetividade e da identidade étnico-racial das crianças no contexto da Educação Infantil. Fundamentado em autores como Paulo Freire (1996; 2001; 2019), Nogueira (2019), Gomes (2019a; 2019b; 2021), Walter Kohan (2003; 2015; 2024), Bourdieu (1998), Kishimoto (2001; 2011), Gonçalves (1985) e Orlandi (2009), o trabalho parte do entendimento de que o silenciamento infantil, seja pela palavra, pelo corpo ou pelo brincar, constitui uma forma de violência simbólica que interfere diretamente na construção identitária, na autonomia e na autoestima das crianças. Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, bibliográfica e de revisão teórica, busca discutir os atravessamentos presentes na relação entre práticas de silenciamento e a identidade e subjetividade das crianças, quanto à sua identificação racial. Ao evidenciar como discursos e práticas pedagógicas podem tanto reproduzir quanto tensionar mecanismos de exclusão, o estudo dialoga com o tema da XXI Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira ao destacar que a pertença cultural e identitária se constrói desde a infância, por meio da escuta e do reconhecimento. Busca-se, assim, contribuir para práticas pedagógicas que rompam com lógicas adultocêntricas e ampliem a circularidade de vozes no espaço escolar.

Palavras-chave: Educação infantil; Subjetividade; Pertença.

Submetido em: 06/10/2025 | **Aceito em:** XX/XX/2024 (não preencher)

Introdução

A Educação Infantil constitui um espaço privilegiado para a construção da subjetividade, da identidade e das primeiras experiências de pertencimento social e cultural. Nesse contexto, a escuta das crianças se apresenta como elemento central para que possam expressar suas ideias, sentimentos e percepções de mundo, afirmando-se como sujeitos ativos desde a primeira infância (KOHAN, 2003; FREIRE, 1996; KISHIMOTO, 2001).

No entanto, práticas pedagógicas que recorrem ao silenciamento, aqui discutido como uma forma de submeter a expressão infantil às normalidades do universo adulto e do saber puramente técnico e acadêmico, comprometem a



autonomia infantil e influenciam diretamente na constituição de sua subjetividade, incluindo a percepção de sua própria etnicidade e pertencimento cultural. Muitas vezes legitimadas pelo discurso da organização ou da disciplina, essas práticas reforçam hierarquias simbólicas (BOURDIEU, 1998; ORLANDI, 2009). Um problema que vem sendo sustentado por “visões de mundo que sempre trazem o incômodo de inventar outros [...] Sem dúvida, a infância surgiu como um outro do adulto, assim como o negro foi estabelecido como outro do branco” (NOGUERA, 2019, p. 4).

Ao dialogar com tal temática, este estudo busca evidenciar que a formação identitária e a percepção de pertencimento cultural não se limitam à vida adulta, mas têm início nas experiências escolares. A pesquisa parte do pressuposto de que práticas pedagógicas inclusivas e de escuta sensível contribuem para que as crianças reconheçam sua própria história, cultura e etnicidade, promovendo o desenvolvimento de uma subjetividade plural e resistente a normatizações excludentes.

Neste sentido, compreender as práticas de silenciamento torna-se um caminho para investigar como essas relações de poder atravessam o cotidiano escolar e moldam a experiência infantil.

Por fim, a pesquisa integra-se ao debate contemporâneo sobre educação, relações étnico-raciais e direitos da infância, propondo-se a analisar como práticas pedagógicas cotidianas podem tanto reproduzir quanto tensionar desigualdades e exclusões simbólicas (GOMES, 2019a; 2019b; 2021).

Metodologia

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e de revisão teórica, voltada para a análise e discussão das práticas de silenciamento na Educação Infantil e suas implicações para a construção de identidade, subjetividade e pertencimento cultural.

A ideia central deste estudo originou-se de um projeto de mestrado, mas aqui assume um novo enfoque teórico. Enquanto o projeto inicial priorizava a observação direta e a escuta de docentes e crianças acerca das práticas de



silenciamento, nesta versão o objetivo é aprofundar a discussão teórica e analítica sobre o papel docente e os atravessamentos das relações étnico-raciais no processo de constituição da subjetividade infantil.

Visto que a investigação sobre práticas de silenciamento na Educação Infantil, busca compreender como as percepções docentes atravessam a subjetividade das crianças, moldando sua forma de estar no mundo e de se reconhecer, tal discussão dialoga também com o que se propõe aqui neste trabalho. Esta investigação foi reorganizada para priorizar a reflexão sobre o papel do docente enquanto mediador ético e político, considerando o contexto das relações étnico-raciais no ambiente escolar.

A revisão bibliográfica abrange autores clássicos e contemporâneos que discutem a infância, a escuta sensível, a pedagogia do brincar, as práticas de silenciamento e a formação identitária de crianças em diferentes contextos étnico-raciais e culturais, incluindo os estudos de Freire (1996; 2001; 2019), Nogueira (2019), Gomes (2019a; 2019b; 2021), Kohan (2003; 2015; 2024), Kishimoto (2001; 2011), Orlandi (2009), Gonçalves (1985) e Bourdieu (1998).

A pesquisa também dialoga com marcos legais e curriculares nacionais, como as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que orientam o ensino de relações étnico-raciais, e com a literatura sobre violência simbólica, mediação docente e práticas inclusivas.

Esta investigação não envolve coleta de dados primários, mas sim a síntese e interpretação crítica de referências teóricas, permitindo uma discussão aprofundada sobre as práticas educativas e suas implicações sociais, culturais e pedagógicas.

Por fim, o estudo busca contribuir para o debate acadêmico sobre a formação de docentes, a valorização das vozes infantis e a construção de ambientes escolares que promovam diversidade, inclusão e pertencimento cultural.

Resultados e Discussão



A presente pesquisa dialoga diretamente com o campo da Educação Infantil, mas também apresenta reflexões relevantes para todo o campo da educação, inclusive a formação de professores, centrada nas percepções sobre as práticas de silenciamento e seus efeitos na subjetividade infantil.

Ao compreender o silenciamento como forma de violência simbólica (Bourdieu, 1998) que limita a expressão das crianças, especialmente, em nosso contexto de discussão, as negras e indígenas, evidenciam-se as tensões entre discursos pedagógicos de valorização da infância e práticas cotidianas que reforçam a exclusão e a normatização.

Nesse ponto, é possível reconhecer o que Gonçalves (1985) denominou de “rituais pedagógicos do silêncio”, em que a ausência da voz da criança se torna instrumento de controle e seletividade racial. Esse mecanismo, ainda presente em muitas instituições, opera de forma sutil, mas com profundos impactos na formação identitária e nas possibilidades de pertencimento das crianças.

Nossa investigação contribui para tal debate ao abordar as relações étnico-raciais e interétnicas no espaço escolar a partir da infância, evidenciando que a construção identitária e a memória coletiva dos sujeitos não se iniciam na vida adulta, mas são gestadas desde cedo, nas experiências de escuta, expressão e reconhecimento.

Nesse sentido, Nilma Lino Gomes (2019b) argumenta que a infância negra é atravessada por processos de racialização que silenciam sua potência, exigindo uma educação antirracista que assegure o direito de existir e de ser reconhecida na pluralidade de sua identidade. Assim, ao propor uma reflexão crítica sobre o papel docente como mediador ético e político, esta discussão insere-se no movimento espiralado da pertença, reafirmando a necessidade de uma pedagogia que acolha as vozes infantis como parte fundamental das lutas por identidade, memória e justiça social.

Para dar início à nossa discussão, destacamos que o silenciamento pode se manifestar de diversas formas, seja pelo uso excessivo de dispositivos eletrônicos, punições como isolamento ou restrição de atividades, ou ainda pela própria interrupção da fala infantil. Essas manifestações, embora muitas vezes



naturalizadas no cotidiano escolar, carregam implicações profundas para o desenvolvimento infantil.

Ao restringir a fala ou substituir a interação humana por aparelhos, a instituição reforça uma lógica de controle em detrimento da escuta. Gomes e Teodoro (2021) interpretam essa lógica a partir do biopoder e da necropolítica, demonstrando como a infância negra é submetida a práticas que, ao negar-lhe a palavra, também negam o direito de viver plenamente a infância. processo que pode ser compreendido como necropolítica da infância.

Nesse contexto, cada gesto, silêncio imposto ou punição atua, portanto, como mecanismo de poder simbólico (BOURDIEU, 1998), moldando comportamentos e subjetividades e comunicando à criança que suas ideias e sentimentos têm menor valor frente às normas adultas.

Além disso, tais práticas podem impactar a autoestima, a criatividade e a capacidade de construção de relações interpessoais, uma vez que o espaço de atuação da criança se reduz e suas tentativas de expressão são invalidadas. Assim, o silenciamento não é apenas uma questão de disciplina, mas um elemento que atravessa a constituição da identidade infantil, influenciando a forma como a criança se percebe e reconhece seu potencial de ação.

Essas práticas, cotidianas e adultocêntricas, reproduzem mecanismos de controle e padronização que afetam as crianças, sobretudo aquelas pertencentes a grupos historicamente marginalizados, afro-brasileiros, indígenas e quilombolas. Gomes (2019a) argumenta que a descolonização do currículo é essencial para romper com essas lógicas, pois implica reconhecer que o conhecimento e a experiência das crianças negras e indígenas também são saberes válidos e necessários.

Dessa forma, descolonizar as práticas pedagógicas significa reconfigurar o que se entende por infância e por aprender, deslocando o centro do discurso do adulto para a criança e valorizando as vozes que historicamente foram silenciadas. Assim, o olhar sobre a atuação docente, enquanto mediador ético e político, evidencia a relevância do papel dos professores na criação de ambientes



educativos que acolham a diversidade cultural, racial e social presente na sala de aula (ROLLO, 2015; KOHAN, 2024).

Nossa análise coloca em evidência que práticas de silenciamento na Educação Infantil, mesmo quando sutis ou naturalizadas, podem gerar impactos significativos na construção da subjetividade e da identidade das crianças. Estratégias como a interrupção frequente da fala, a desvalorização das expressões culturais e a ausência de representações positivas não apenas limitam a expressão infantil, e também reforçam padrões de poder e exclusão (BOURDIEU, 1998; FREIRE, 1996; GOMES, 2019B).

Consequentemente, levantamos a hipótese de que a ausência de escuta e reconhecimento pode gerar rupturas na construção da autoimagem e a reprodução de crenças identitárias externas, o que atinge especialmente crianças negras e indígenas. Por outro lado, a presença docente como mediador ético e político (GOMES; TEODORO, 2021) surge como fator determinante para a promoção de práticas inclusivas e de escuta sensível.

Quando professores reconhecem o brincar, os silêncios e as manifestações culturais das crianças como expressões legítimas de saber, criam espaços de reexistência, onde a identidade e o pertencimento são afirmados (KISHIMOTO, 2001; ORLANDI, 2009; ROLLO, 2015).

O diálogo com as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 reforça que a valorização da diversidade étnico-racial não é apenas um compromisso pedagógico, mas um direito das crianças. Nilma Lino Gomes (2019a, 2019b) lembra que a efetivação dessas leis depende da coragem docente de romper com o silêncio institucional e de transformar o currículo em um espaço de justiça cognitiva e racial.

Assim, a transformação das práticas pedagógicas exige reflexão crítica sobre os discursos e gestos cotidianos, sensibilizando educadores a reconhecer e intervir nas situações de silenciamento e exclusão.

Portanto, os resultados indicam que a escuta sensível, aliada à mediação docente descolonizadora e à valorização das manifestações infantis, é central para a construção de práticas pedagógicas que promovam pertencimento étnico-racial, cultural e subjetividade plural.



Tais práticas constituem uma ferramenta ética, política e epistemológica para enfrentar a lógica adultocêntrica e racializada ainda presente nas instituições de Educação Infantil, aproximando-se do que Nilma Lino Gomes (2019a) chama de “educação para a justiça racial” e do que Gonçalves (1985) identifica como superação dos rituais de silêncio que historicamente têm negado às crianças negras o direito à palavra e à escuta.

Conclusão

A análise das práticas de silenciamento e da mediação docente evidencia que compreender tais processos significa compreender, simultaneamente, como a escola pode tanto reproduzir quanto romper mecanismos de violência simbólica que atravessam a construção identitária das crianças. Estratégias pedagógicas que ignoram, restringem ou reinterpretem as vozes infantis contribuem para a manutenção de hierarquias adultocêntricas e para a reprodução de desigualdades históricas, atingindo de forma mais intensa crianças pertencentes a grupos étnico-raciais marginalizados, como afro-brasileiros, indígenas e quilombolas.

Ao colocar a escuta sensível, a mediação docente e o reconhecimento das vozes infantis no centro do processo educativo, este estudo reforça a urgência de uma Educação Infantil comprometida com a diversidade, a identidade e o pertencimento cultural, favorecendo a formação de subjetividades plurais, críticas e socialmente engajadas.

Práticas que valorizam a escuta como atitude pedagógica, o brincar como linguagem legítima e a mediação ética e política do docente constituem caminhos para o fortalecimento da subjetividade infantil e da pertença cultural. Reconhecer as vozes das crianças como legítimas é afirmar que elas são agentes ativos de sua própria história, capazes de interagir, resistir e contribuir para a construção de espaços educativos mais democráticos e inclusivos.

Por fim, compreendemos que o debate sobre a pertença é contínuo e expansivo, cada avanço no reconhecimento da voz infantil amplia o movimento educativo, fortalecendo a memória, a identidade e a diversidade cultural. Assim,



a valorização das manifestações infantis não apenas promove o desenvolvimento pleno das crianças, mas também alimenta um ciclo de reflexão e transformação pedagógica, que sustenta práticas contra-hegemônicas e emancipadoras, capazes de romper com a reprodução de violências simbólicas e de reafirmar a infância como sujeito de direitos, expressão e pertencimento.

LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a.

GOMES, Nilma Lino. Raça e educação infantil: à procura de justiça. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 1015–1044, jul–set. 2019b.

GOMES, Nilma Lino; TEODORO, Cristina. Do poder disciplinar ao biopoder à necropolítica: a criança negra em busca de uma infância descolonizada. Childhood & Philosophy, Rio de Janeiro, v. 17, p. 1–31, mai. 2021. <https://doi.org/10.12957/childphilo.2021.56340>

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial (um estudo acerca da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de primeiro grau - 1ª a 4ª série). 1985. 342 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 2011.



XXI SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA

Espiral da Pertença: Vinte anos de circularidade e debate das perspectivas étnicas e raciais no ODEERE

VII Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas : VIII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VIII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero, Diversidade sexual -
V Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT
III Festival das Artes: Ancestralidades em movimento : I Jequiê Zumba : Cantinho do Griô



KOHAN, Walter Omar. Infância: Entre a Educação e a Filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KOHAN, Walter Omar. Visões de filosofia: infância. Rio de Janeiro: ALEA, 2015.

KOHAN, Walter Omar; CARVALHO, Magda Costa. Há docentes à escuta? O devir-pergunta de uma criança que ensina a ensinar. Educare em Revista, Curitiba, v. 40, e86627, 2024. <https://doi.org/10.1590/1984-0411.86627>

NOGUERA, Renato. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. Momento - Diálogos em Educação, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 127-142, 2019. <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8806>.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.